

## **A TRAJETÓRIA DE UM PROPAGANDISTA NO INÍCIO DA REPÚBLICA: O DISCURSO DE JOÃO PINHEIRO DA SILVA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>.**

Marcos Fábio Martins de Oliveira<sup>2</sup>

Ana Carolina Ferreira Caetano<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe um estudo sobre a trajetória da vida política de João Pinheiro da Silva. Um industrial mineiro que desde sua época de estudante era engajado politicamente e a favor da implantação da República, e mais do que isso, ao longo de sua vida política, passa a defender medidas que levariam ao desenvolvimento econômico do país. Assim, este estudo tem o intuito de apontar aspectos biográficos da vida desse propagandista, e analisar seu discurso, partindo do ponto de vista de que João Pinheiro foi um desenvolvimentista nos primórdios da República, quando integrante ou quando afastado do cenário político, principalmente, quando do seu retorno, através da Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 e, posteriormente, como Presidente do Estado de Minas Gerais.

**Palavras-chaves:** João Pinheiro da Silva, Desenvolvimento, Minas Gerais, Propagandista, República.

**Abstract:** This article considers a study about the trajectory of João Pinheiro da Silva's politics life. An industrial from Minas Gerais who since his student time was engaged politically and in favor of the implantation of the Republic, and more than that, throughout his politics life, starts to defend measures that would lead to the economic development of the country. Therefore this study has intention to point biographical aspects of the life of this "propagandista", and to analyze his speech, with main objective that João Pinheiro was in favor of the economic development in the beginning of the Republic, when he was integrant or when he moved away from the politician scene, mainly, when of his return, through the Fundamental Commission of the Agricultural, Industrial and Commercial Congress of 1903 and, later, as President of Minas Gerais State.

**Key-words:** João Pinheiro da Silva, Development, Minas Gerais State, Propagandist, Republic.

---

<sup>1</sup> Outro artigo de um dos autores deste, tratando da mesma temática de maneira mais aprofundada, foi publicado na *Revista de Economia Política e História Econômica*, "João Pinheiro da Silva, Um desenvolvimentista nos primórdios da República? Um diálogo com as fontes." (<http://rephe01.googlepages.com/>).

<sup>2</sup> Professor da UNIMONTES (economia e história) e das Faculdades Santo Agostinho (Montes Claros) e doutorando em História Econômica na FFLCH/USP. [mfmolmsn@hotmail.com](mailto:mfmolmsn@hotmail.com). Além das Instituições a que estou ligado, agradeço também o apoio da Fundação João Pinheiro à pesquisa que dá origem a este trabalho.

<sup>3</sup> Graduando em História pela PUC Minas e em Letras pela UFMG. [aninha\\_mia@hotmail.com](mailto:aninha_mia@hotmail.com).

Nascido na cidade do Serro (1860), João Pinheiro da Silva inicia sua vida política em Minas Gerais como militante republicano, tão logo retorna de São Paulo, graduado (1887) em Ciências Jurídicas e Sociais. Estabelece-se em Ouro Preto como advogado (1888) e como *propagandista*<sup>4</sup> da causa republicana. Na mesma cidade participa ativamente como um dos líderes da fundação do Partido Republicano da Capital, e da realização Congresso do Partido Republicano de Minas - PRM, onde é eleito para Comissão Executiva do Partido. Em 1898 cria e torna-se editor do jornal *O Movimento*, órgão oficial do Partido Republicano em Minas. No ano seguinte (agosto de 1889), é candidato (não eleito)<sup>5</sup> a Deputado nas eleições gerais.

Com o advento da República, João Pinheiro ascende rapidamente como Secretário de Estado (21/01/1890), também, na mesma data, como 1º Vice-Governador, ambos no Governo Cesário Alvim, Governador Interino (11/02/1890, vice em exercício, quando o Governador Cesário Alvim tornou-se Ministro do Interior) e, posteriormente, como Governador (12/04/1890). Todos os cargos nomeados pelo Governo Provisório da República.

Posteriormente, renuncia ao cargo de Governador (23/07/1890) e candidata-se a Deputado Constituinte. Eleito (posse em 04/11/1890), torna-se membro da *Comissão dos 21*, encarregada de centralizar as discussões e sistematizações na elaboração da nova Carta Constitucional. A comissão tem esse nome, pois congregava um representante de cada Estado da Federação. Finda a Constituinte, continua suas funções como deputado, ao mesmo tempo em que iniciava estudos para implantação de uma cerâmica em Caeté. Divergências políticas (que serão tratadas adiante) levaram à renúncia de sua candidatura a reeleição (06/01/1894) e ao efetivo abandono da vida pública em cargos oficiais estaduais<sup>6</sup>. Época, a partir da qual, se dedica integralmente à administração da recém criada *Cerâmica Nacional de Caeté*. Tal experiência, como será apresentada posteriormente neste trabalho, traria repercussões no pensamento econômico de João Pinheiro, criando ou reforçando suas convicções.

O retorno ao cenário estadual se dá no *Congresso Agrícola, Comercial e Industrial* de 1903, do qual foi o presidente a pedido e por designação do Presidente do Estado, Francisco

---

<sup>4</sup> O termo *propagandista* é muito utilizado por João Pinheiro como auto-referência, identificando os republicanos históricos, aqueles defensores da causa ainda como bandeira na época em que ela não trazia, no dizer de suas palavras, bônus, mas sim ônus e riscos. A militância, ainda como estudante no Largo do São Francisco (Faculdade de Direito), em São Paulo, já havia começado, onde teve a oportunidade de conhecer os republicanos históricos, sobretudo paulistas.

<sup>5</sup> Ver seção Abandono da Política, neste artigo.

<sup>6</sup> Destacamos abandono da *vida pública em cargos oficiais estaduais*, pois há relatos de permanentes contatos políticos desde sua chácara em Caeté. Ao mesmo tempo em que participa ativamente da vida pública em Caeté, onde é eleito vereador e Presidente da Câmara (1/1/1890), o que lhe confere o cargo de Agente Executivo, equivalente ao de prefeito atualmente (BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro: cronologias*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p. 20-1). Nesta gestão, realiza a Primeira Feira Municipal de Caeté, o que propôs e não foi realizado em seu primeiro governo no Estado, e seria sua marca na segunda gestão.

Salles. Logo após, candidata-se (1905) ao Senado Federal. Já como Senador, tem seu nome indicado, pelo PRM à Presidência do Estado, eleito toma posse para o período 1906-1910, no entanto, não termina seu mandato, vindo a falecer em 25 de outubro de 1908.

## FORMAÇÃO

Apesar de ser advogado formado e atuante em seus anos profissionais iniciais, João Pinheiro sofreu grande influência de sua passagem pela Escola de Minas de Ouro Preto. Não chegou a completar seu curso, mas o frequentou por dois anos, tendo desistido por convicção ou receio do desemprego, devido às poucas perspectivas para os egressos da escola. Contudo, sua formação estaria marcada pelo positivismo<sup>7</sup> e por uma racionalidade técnica. Muitas são as referências à necessidade de aumento da ampliação da base material como sustentáculo da sociedade; da necessária organização e racionalização da produção e, principalmente, aumento da produtividade; sendo baixa. Era a causa maior da pobreza de Minas e do Brasil.

## ABANDONO DA POLÍTICA

O abandono da política no âmbito estadual já apresentara alguns prenúncios ou antecedentes. João Pinheiro já renunciara, em 1889, a uma candidatura a deputado provincial (Carta ao 8º. Distrito)<sup>8</sup>, ao Governo do Estado e a reeleição como Deputado Federal. Isto demonstrara certa dificuldade ou falta de disposição em cumprir determinadas obrigações cobradas pelo jogo político tradicional.

Quando João Pinheiro renunciou ao primeiro mandato ao Governo do Estado, em 23/07/1890, divulgou sua explicação para o episódio, que se encontra na *Exposição de Motivos ao deixar o Governo do Estado*, de 1º de agosto de 1890<sup>9</sup>. A visão, então predominante, do ocorrido relacionava-se ao fato do Governo Provisório da República, cujo Ministro da Instrução Pública, General Benjamin Constant, ter nomeado o Sr. Gorceix para diretor-Efetivo da Escola de Minas de Ouro Preto, quando João Pinheiro pretendia indicar outro nome, ou ter a decisão sobre as nomeações. Ele minimiza o fato em si, mas destaca que:

Em resumo, o incidente que determinou o meu pedido de exoneração, é em si insignificantíssimo; mas envolvia para mim, um principio da mais alta significação,

---

<sup>7</sup> Os trabalhos sobre João Pinheiro relacionados com política ou à questão religiosa aprofundam a questão do positivismo, para uma apresentação sobre este aspecto, ver LINS, Ivan Monteiro de Barros. *João pinheiro, sua formação filosófica e seus ideais humanos, sociais e políticos*. Belo Horizonte: S.ed., 1966.

<sup>8</sup> *Circular aos eleitores do 8º. Distrito*, publicado em O Movimento de 05/10/1889. (BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro: cronologias*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p.95). Nesta circular pede que seu nome fosse substituído, abandonando sua candidatura a eleição provincial.

<sup>9</sup> Publicado em *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890. Ano II, Ed n. 84, p.2.

qual é o da autonomia absoluta dos governadores, nada se devendo fazer no Estado, sem audiência dos mesmos.<sup>10</sup>

Grave também era a repercussão que o fato provocará:

Entretanto, chamado ao Rio e já pelo que aqui verifiquei, o tal grupo aproveitando do incidente avançava na intriga e por fim, **o que estava em questão era a política que eu fazia**. Percebendo isto, **insisti terminantemente no meu pedido de exoneração** (Grifos nossos).<sup>11</sup>

A política a que João Pinheiro se referia era a “política de conciliação”, “(...) conciliação de todos os interesses, fazendo o chamamento de todas as forças capazes de auxílio na consolidação da República, sem exclusão, como sem odios”<sup>12</sup>. Sua renúncia viria garantir a manutenção desta visão, e a indicação de Bias Fortes para sucedê-lo em sua execução.

Após esta renúncia, elege-se Deputado Federal Constituinte, e faz parte da comissão sistematizadora da Carta Republicana; Comissão dos 21. Promulgada a Constituição em 1891, seu interesse pela política começa a diminuir. A isto também se alia seu posicionamento político frente aos conflitos do momento, provocados pela renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca (23/11/1891) e ascensão do Marechal Floriano Peixoto, sem convocar novas eleições. Os mesmos episódios levaram a renúncia do Governador Cesário Alvim.<sup>13</sup>

A desilusão com a política tradicional avança. A política de conciliação volta a ser questionada. Embora aparentemente tentando, não dava para conciliar todos os interesses, isto acabou culminando com renúncia a candidatura a reeleição a Deputado Federal, conforme expôs em *Carta a Gama Cerqueira*, de 06 de janeiro de 1894<sup>14</sup>.

Ao passo em que se desiludia com a política, crescia o interesse pela atividade empresarial, que levaria a fundação (ainda como Deputado) da Cerâmica Caeté, em 13 de julho de 1893. Os estudos para a criação da cerâmica já haviam começado em pelo menos 1891<sup>15</sup>,

---

<sup>10</sup> *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890, Ano II, Ed n. 84, p.2

<sup>11</sup> *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890, Ano II, Ed n. 84, p.2.

Outro objetivo, também exposto no mesmo documento era a:

“(…) discordância com o projecto da constituição em ponto que reputo capital. Refiro-me á questão religiosa e a exclusão injustíssima dos clérigos da nossa comunhão política”. Embora fosse partidário do Estado Laico e da clara separação da igreja e do Estado. Este assunto tem relevância na análise do pensamento de João Pinheiro, mas não em nossa discussão, de cunho mais econômico. A renúncia ao governo permitiria que manifestasse suas opiniões de maneira mais livre.

<sup>12</sup> *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890, Ano II, Ed n. 84, p.2. Nesta *conciliação* seriam aceitos no governo todos aqueles com competência e experiência, mesmo ex-monarquistas (desde que aceitasse o novo regime).

<sup>13</sup> 17 de fevereiro de 1892 (renúncia de Cesário Alvim). Ambos ficaram ao lado da posição do Marechal Deodoro.

<sup>14</sup> Carta aberta (de 06 de janeiro de 1894) publicada em *O País*, Rio de Janeiro, 12/01/1894. Carta a Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, em que João Pinheiro comunica a decisão irrevogável de retirar sua candidatura a deputado federal (reeleição) e anuncia seu retraimento político. (BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro*: cronologias. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p145-6). No APM há disponível o manuscrito da carta, Doc n. 1257, ano 1894, 21 de janeiro. 12 páginas, caixa 9.

<sup>15</sup> “1892 fevereiro 17 – Cesário Alvim renuncia ao governo de Minas Gerais (2º. Período). É quando João Pinheiro começa a se afastar da política, abandonando praticamente a atividade parlamentar, com deputado federal. Em 1891,

quando João Pinheiro mandará analisar o barro de sua chácara Tinoco (adquirida em 1892), naquele município, para onde se mudaria com sua família em 1894.

Essa experiência como produtor iria reforçar seus argumentos e convicções em relação à importância do protecionismo e da ativa participação do Estado na economia.

## **A EXPERIÊNCIA EMPRESARIAL E ALGUNS REFLEXOS EM SEU PENSAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO.**

A vida empresarial de João Pinheiro está intimamente ligada à Caeté, onde adquiriu a Chácara do Tinoco e fundou a Cerâmica Nacional; esta é sua experiência mais conhecida. Suas atividades lá desenvolvidas também estão ligadas a produção agropecuária, pois ao longo dos tempos adquiriu novas terras, vizinhas à chácara, a cerâmica e nas redondezas.

Assim, além de uma questão familiar, percebemos uma conexão entre a oportunidade surgida com a decisão de se criar uma nova capital, tomada em 1891, quando se dão os inícios dos estudos da qualidade do barro para produção de cerâmica, e a opção por Belo Horizonte (1893), mesmo ano da ata de criação da cerâmica (sua efetivação seria em 1894).

Em um *Memorial*<sup>16</sup> apresentado ao *Banco da República* (Rio de Janeiro, 08 de Agosto de 1903), quando de uma tentativa de empréstimo, aponta os produtos, mercados, técnicas de fabricação e insumos utilizados pela Cerâmica. Destaca seus principais mercados, que eram Belo Horizonte, governos de Minas Gerais e outros estados (Rio de Janeiro e São Paulo). Destaca, ainda, que matéria-prima, combustível e mão-de-obra são nacionais. Dois problemas são apontados pelo *Memorial*: estrangeiros não pagam impostos e o mercado interno oscila muito, principalmente pela linha de produção ser relacionada com obras públicas.

Posteriormente, quanto volta à cena política estadual, suas experiências e vivências no meio empresarial serão utilizadas como referencial. Um episódio pode ser apresentado como ilustrativo; em carta a Calógeras, de 25/2/1905, logo após o lançamento da candidatura ao Senado, ele aponta que:

Esta política é um grande mal para minha fabrica; (...) está quase tudo dependendo d. minha direção pessoal (...). Entretanto há de parecer um paradoxo que seja a fabrica que me empurra com mais violencia para a ingratião da lucta partidaria. Por que? Muito simples. Fazer industria nova, produsir, custa sacrificios inauditos, e, ainda há dificuldade superior a todos estas: - é a d. vender a mercadoria feita. Ah! Meu caro amigo, nunca plantaste batatas! Caí uma vez nessa asneira, cultivei uma quarta d. chão, obtive colheita estupenda, remiti-a nuns balaies e fui pessoalmente ao Rio de Janeiro, vender os meus formosos turbeculos (salvo seja)! É ainda com odio, que me lembro da

---

já pensava dedicar-se as atividades industriais, iniciando os estudos para o estabelecimento da Cerâmica de Caeté, o que se efetivará em 1892.” BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro*: cronologias. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p. 19.

<sup>16</sup> SENNA, Caio Nelson. *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seu exemplo. 1860 a 1908*. sl. se. 1941, p. 134-138.

peregrinação humilhante, de portugueses em portugueses, batateiros d. profissão e como o cérebro também entufado d. batatas e me disseram desaforos e me não quiseram comprar minha linda mercadoria e ofereceram um preço vil e afinal me obrigaram a entregar a colheita quasi dada. (...) E o **protecionismo nasceu como a solução salvadora dos que trabalham** dos que querem aproveitar as nossas terras desertas e os nossos braços desocupados, dos que sendo **donos de seu paiz devem também ser senhores do seu mercado**, e, para vender tubos foi a mesma lucta para vender a louça será a mesma humilhação e d. novo ver agora claramente como o plantador de batatas e fazedor d. panelas foi empurrado para a lucta ingrata da politica. (grifos nossos) <sup>17</sup>.

Nesta citação percebe-se o afloramento de uma consciência de classe; a dos produtores, com a qual João Pinheiro se identifica, e busca, a partir daí, (o que pode ser percebido em suas falas quando retorna ao Governo) uma nova política, a política útil, a da produção. João Pinheiro propagava, então, uma distinção entre formas de se fazer política:

**Ha politica esteril e ha politica fecunda. Ha politica inútil e perniciosa, a das pessoas, e ha politica elevada e nobre, a das idéias e dos princípios, para o fim positivo do benefício do povo.** (...) Mas, e as luctas pessoases? e as luctas das vaidades? **substituamos as competencias sem objectivo pela emulação fecunda do trabalho.** Cumpre que o criador e o industrial mais inteligentes possam ver o seu mérito reconhecido e proclamado nas exposições regionaes, e os premios de emulação virão manter um pleito de vaidade, mas **vaidades de utilidade real** para o que lucta, e para o que testemunha essa lucta, tirando della ensinamentos (grifos nossos) <sup>18</sup>.

Enxergava ele, outro tipo de disputa no econômico e nas feiras em que propagava, como disse na *Primeira Exposição Geral do Estado*:

O que se observa não é, absolutamente não é, o rumor triste e sombrio das luctas politicas pessoases, que enxovalham os contendores e o proprio meio em que se desenvolvem. (...) Teria realizado um dos meus mais ardentes desejos de republicano, aproximando a administração sempre e cada vez mais dos interesses do povo, procurando que se diga que a Republica é a escola dos desejos vãos; porque deve, ao contrario, ser a pratica das realidades uteis <sup>19</sup>.

Quando, em carta de 26/03/1905, explicava seu retorno à política após o *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial* de 1903, reclamava da ausência de empresários (produtores) na política, dizia então: “(...) as classes conservadoras se compõe de homens ocupados; feitas as reuniões, cada um vai para sua casa e os politiqueiros continuam na sua profissão; serenamente, como se a coisa nada tivesse de vêr com êles” <sup>20</sup>.

## O RETORNO À POLÍTICA

<sup>17</sup> Carta a Calógeras. APM doc. n. 1620, 25 de fevereiro de 1905, p. 8, caixa 12.

<sup>18</sup> *Minas Geraes*, edição 22/09/1907. Anno XVI n. 224, p. 6. Resumo do pronunciamento de João Pinheiro no Congresso das Municipalidades no Norte (Diamantina).

<sup>19</sup> Discurso pronunciado no jantar oferecido aos criadores que concorreram à Exposição de Animais, em Belo Horizonte, a 28/2/1908. *Minas Geraes*, n. 53. Bello Horizonte, 29 de fevereiro de 1908. Caixa 31, caderno n.3, doc n. 67, página 58.

<sup>20</sup> Correspondência de João Pinheiro. Doc n. 1626, ano 1905, 26 de março, p. 4, caixa 12. (APM).

Efetivamente, João Pinheiro nunca abandonou a política propriamente dita, mas sim os cargos públicos no âmbito estadual e federal. Continuou atuando como conselheiro e interessado. Seu Arquivo Privado, hoje no Arquivo Público Mineiro, contem várias correspondências políticas do período (embora gradativamente tenha predominado as relativas à cerâmica). Quando de seu retorno à cena política estadual e nacional, refere-se àquela época, (afastamento) como uma sem inimigos ou adversários, estando fora da disputa direta, os demais não o viam como um contendor em potencial.

Neste período também atuou diretamente no município de Caeté, onde foi Vereador e Presidente da Câmara (01//11/1899) e, portanto, seu Agente Executivo (cargo equivalente ao de prefeito atualmente). Assim, chamar este período de exílio voluntário, como é comum, é certo exagero.

Já como Governador, João Pinheiro refere-se a sua experiência empresarial como credenciais para reforçar e defender seus argumentos nos congressos das municipalidades, onde se coloca como representante das classes produtoras no poder. O jornal *Minas Gerais* sintetiza o pronunciamento de João Pinheiro na abertura do Congresso das Municipalidades da Mata, quando falava da crise do café:

Os esforços do governo e dos particulares se deviam concentrar nas duas últimas faces<sup>21</sup>; para isso, eram precisos fé, esforços e dinheiro. A fé e a confiança devia resultar do fato de estar elle alli, Presidente do Estado, **directo representante das classes productoras**, sabendo por experiencia propria os sofrimentos e as amarguras do trabalho nacional; tinha vindo pessoalmente para affirmar aos senhores productores que não era por preocupações da triste política partidaria que se tinha movido, mas para auxiliar a reconstrucção da vida econômica da Matta que estava presidindo aquelle congresso (grifos nossos).<sup>22</sup>

No mesmo documento aponta que os particulares:

... tem o direito de esperar que a palavra do governo seja acreditada. **Não é um político**, não veiu para o governo com fins políticos. **Veiu do trabalho austero e custoso e sabe**, com os que mais o saibam, como os que mais tenha soffrido, em que consistem as **difficultades do trabalho directo do productur**, todos os tropeços que o atormentam e embaraçam. Fala, pois com sinceridade, promette com a firme intenção de cumprir (...) (grifos nossos).<sup>23</sup>

Na *Segunda* (e última) *Mensagem ao Congresso Mineiro* dizia: “(...) tem-se buscado interessar directamente as classes conservadores na vida publica”<sup>24</sup>. Coloca-se assim não só

---

<sup>21</sup> Distingue três fases da crise do café e medidas para sua solução deste, o Congresso Agrícola de 1903, a saber: produção, beneficiamento industrial e colocação mercantil do produto.

<sup>22</sup> Jornal *Minas Geraes*, edição 14-15/10/ 190, ano XVI, n. 242, p. 4.

<sup>23</sup> Jornal *Minas Geraes*, edição 18/10/ 1907, ano XVI n. 245, p. 5.

<sup>24</sup> *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. 15/06/1908. APM – Mensagens dos Presidentes, microfilme (rolo 2). *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1908, p. 54.

como um representante direto, mas um estimulador de uma maior participação dos produtores na efetiva vida política.

## A QUESTÃO ECONÔMICA NO DISCURSO DE JOÃO PINHEIRO

A questão econômica vai ganhando relevância no discurso de João Pinheiro, quando este se candidata ao Senado da República. Dá sua visão sobre as prioridades a serem abordadas pelos governos e faz uma retrospectiva dos primeiros anos da República (fase ditatorial, na qual foi governador):

(...) tinha eu a firme convicção de que o **primordial dever dos governos** em países novos é antes de tudo, **cuidar do ser progresso material e do desenvolvimento de suas riquezas**. Entretanto, no mar alto das paixões revoltas desses proximos dias da revolução, na tormenta ensurdecidora de ambições (...) era talvez, prematuro esse pensamento de organizar o trabalho systematico e remunerador, e, por isso, o esforço despendido em tal sentido constituiu nota frouxa e perdida em meio da geral e empolgante desorientação dos espiritos. A iniciativa, porém, do governador dictatorial era legitima e justificada. A propaganda republicana incriminára a monarchia pela lentidão com que fizera caminhar o **paiz, evidentemente empobrecido e sequioso de progresso** correspondente ás suas extraordinárias riquezas naturaes. A libertação do escravo trouxera, no ponto de vista economico, seria perturbação, e sentia-se que sua substituição pelo trabalho livre não tinha sido convenientemente preparada. Parecia, pois, que a **preocupação economica devera ser**, de todas as que se agitavam, **a questão capital a estudar e solver. Assim não foi. Aos programmas sem sinceridade, na monarchia, succederam os partidos sem programma**, na Republica; **a conquista do poder**, antes como depois, foi o ponto culminante de extremação partidária, na mais desmoralizadora das pugnas, a da **baixa politicagem, constituindo mesmo uma industria, - a de viver do orçamento**. E por isto, passados quinze annos de regimen republicano, verifica-se que, com a mudança de fórma de governo, apenas de nome se mudou, **continuando, talvez aggravada a mesma situação economica e social do paiz** (...). Soou enfim a hora da acção (Grifos nossos)<sup>25</sup>.

O problema econômico é por ele apresentado como o novo, como a pauta do momento, e é explicitado de maneira objetiva no lançamento de candidatura à presidência de Minas em 1906:

O problema economico brasileiro não é, conseguintemente, como muitos pensam, uma destas idéias políticas passageiras, (...) Corresponde á solução de necessidades afflitivas, á ancia de progresso, tendo sido posto, para ser resolvido, pelas proprias condições actuais da vida nacional<sup>26</sup>.

O mesmo assunto volta em sua *Primeira Mensagem*, explicitando que o problema é a baixa produtividade (insuficiente produção quando comparada à população e aos recursos disponíveis):

Na insufficiente producção em um territorio vasto, producção absolutamente desproporcional com a sua população, está a causa patente de todos estes males, oprimentes e numerosos (...). Os remedios apontados não são os do empirismo

<sup>25</sup> Manifesto *Candidatura ao Senado. Minas Geraes*, anno XIV, n. 21, p. 6, 25/01/1905 (Hemeroteca).

<sup>26</sup> *Ao Povo Mineiro, Manifesto-programa*, 12/02/1906, *Minas Geraes*, ano XV, n. 37, p.1, 12-13/02/1906.



incerto e neam as aventuras de experiencias novas, senão o caminho do trabalho, esclarecido pela sciencia, e amplamente illuminado pelo exemplo de outros povos (...) <sup>27</sup>.

Chegara a hora da ação, para João Pinheiro uma nova etapa histórica estava em andamento (uma época positiva). Em seu pronunciamento durante almoço com autoridades constante da programação de sua à posse Presidência de Minas, firmava que:

A cada época correspondem sempre, na sociedade, os órgãos elevados que a representam e personificam. Seja me permitido, lembrando o **problema economico brasileiro, que domina e dominará d'ora avante a política do paiz**, (...). São as próprias **classes conservadoras**, que amassam e constroem a riqueza nacional, **que se organisam para erigil-a**. (grifos nossos)<sup>28</sup>.

Como representante destas classes e destas idéias, ele pôs o seu governo. Quando das comemorações de um ano de seu mandato, em 1908, apresentou uma síntese de suas preocupações (e realizações):

Ao coração patriota, entretanto, um contraste amargo afligia – o desequilibrio assombroso da riqueza moral do povo e da sua penuria material, ainda mais afflictiva pela absoluta desproporção entre os recursos naturaes existentes e a sua effectiva utilização. O problema material da reorganização do trabalho, do augmento da produção nacional, da defesa dos nossos mercados, da acção commercial externa pelo brasileiro, da colonização do solo deserto, todo um conjuncto de medidas que os scepticos de todo o tempo julgaram impossiveis, como impossivel julgaram a rapida evolução politica que effectuamos – **o problema economico brasileiro, foi posto depois do problema politico, para como este ser tambem efficaamente resolvido**. (grifos nossos). No trabalho de producção, combater a rotina condemnada; no comercio, as tutelas indevidas; mostrando no primeiro caso como se pratica o trabalho moderno; e no segundo facilitando a acção directa do productor para collocação da mercadoria; o credito facilitado; as iniciativas particulares estimuladas e premiadas; o ensino pratico estatuido e systematizado; a emulação estabelecida nos concursos geraes e regionaes: - taes foram, de um modo geral, os intuitos que presidiram a elaboração das leis novas, visando a organização do nosso progresso material.(...) A intervenção do governo era necessaria; a intervenção do governo está sendo decisiva. (...) É trabalhoso, mas é o unico caminho seguro e definitivo. Não está nos nossos habitos, mas é necessario que venha a estar; para que deixando de collocar os destinos em mãos alheias possamos ser senhores dos proprios destinos. Todas estas idéias, todas estas medidas, toda esta linha alta de preocupações, a terra mineira tem visto, por parte dos que elegeu, serem tratadas, sem baixa preocupação partidaria, independentes de pessoas, visando a utilidade geral (...) <sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*. (1907). Belo Horizonte, 15/07/1907. APM – Mensagens dos Presidentes 15/06/1908, microfilme (rolo 2). Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1907, p. 55-56.

<sup>28</sup> *Minas e a Federação*. Discurso almoço no Palácio da Liberdade em 8/9/1906. *O Puritano* (jornal), ano III, n. 28, Cidade do Pomba, 16 de setembro de 1906, caixa 32, caderno n.2, p. 58/ n. 79 (Hemeroteca).

<sup>29</sup> *O Poder Legislativo e o Regime Republicano*. Discurso pronunciado no Palácio da Liberdade, por ocasião do primeiro aniversário do seu governo. Belo Horizonte, 7/9/1907. *Minas Geraes*, n. 211. Bello Horizonte 8-9 de setembro de 1907. APM, caixa 32, caderno n. 3, doc. n. 39, p. 28.

Para ele, o econômico era o “terreno útil e fecundo dos progressos reais”, enquanto o jogo tradicional era “a lucta aviltante da politica das personalidades”<sup>30</sup>. Seu governo procuraria, em seu entendimento, dar novos rumos à Minas e à política.

## O protecionismo

Ainda em seu primeiro governo, 1890, João Pinheiro já havia mostrado preocupação com a proteção à *indústria* (entendido o termo como produção) mineira e nacional. Na exposição de motivos para melhor regulamentar impostos e taxas afirma:

considerando que está sendo tributado um grande numero de generos produzidos por **industrias ainda nascentes**, que por isso devem merecer todo auxilio do governo para que seus productos possam concorrer nos mercados com os similares de outras procedências, onde a respectiva indústria já se acha em pleno desenvolvimento <sup>31</sup>.

Para promover o desenvolvimento destas *indústrias*, aprofunda-se cada vez mais a idéia de protecionismo.

Protecionismo, para João Pinheiro, não era um dogma, mas uma oportunidade a ser aproveitada em prol do desenvolvimento de Minas e do país. Ele deveria ser estabelecido quando a indústria nacional tivesse condições de suprir a demanda satisfeita com produtos importados, até que a produção nacional pudesse competir em condições de igualdade (ou vantajosas) com a estrangeira:

(...) o proteccionismo para mim, não deve ser um facto permanente. Eu sou proteccionista “ad tempora”. Penso que a industria deve ser protegida decididamente, mas como um facto transitório, emquanto não está aparelhada para luctar com a concurrencia fos mais fortes. (...) mas no nosso caso actual, a ausencia da protecção não seria liberdade, seria um delicto; é como se dessem a uma criança a liberdade de ir luctar com um athleta. A liberdade industrial só se pôde praticar em relatividade de condições: aqui a protecção é uma necessidade de defesa, ainda que temporaria. Na Inglaterra eu seria livre-cambista. No dia em que estivermos aparelhados para luctar, sim; até ahi, a protecção não é ao industrial, é a nossa independencia economica, é ao nosso trabalho <sup>32</sup>.

Questionado pelo repórter de *O Paíz*, na época de sua posse (1906), se o protecionismo não seria um benefício a um indivíduo e que isto pesaria contra o consumidor, João Pinheiro deixa claro que o protecionismo visa o interesse do País:

(...) Toda industria nova começa naturalmente pelo esforço e pela iniciativa de um ou de poucos; uma industria em que se estabelecesse simultaneamente um grande numero de industriaes, seria uma industria feita, está claro. E a que carece mais da protecção é

<sup>30</sup> *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1907, p. 37.

<sup>31</sup> *Cobrança de Imposto de Exportação*. Decreto n. 82, de 24 de maio de 1890. Dá instruções para a cobrança de impostos de exportação, p. 114 – 143. Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Geraes: expedidos desde 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1903.

<sup>32</sup> *Novo Governo de Minas*, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O Paíz* (19/7/1906). *O Paíz*, n. 8.019, p. 1. APM - caixa 32, caderno n.1, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

justamente a que mais tem de enfrentar dificuldades (...). A questão é que a industria fique; o exemplo do exito incita outros e ella se nacionaliza. (...) Depois, proteger uma industria não é proteger um individuo, é proteger tudo, desde o operario, o empregado de administração, o caixeiro-viajante, todos os que tiram directamente della um provento, que mais difficilmente teriam se ella não existisse, como todas as actividade que se ligam indirectamente a ella, até o proprio commercio, a quem o homem empregado leva uma quantidade maior de movimento e de lucro. O Estado tem, por sua vez, o beneficio do seu desenvolvimento economico<sup>33</sup>.

Em seu *Manifesto Programa* (1906)<sup>34</sup>, explica a lógica que levou ao protecionismo por ele proposta. Este nasceu de uma necessidade empírica (arrecadação), mas avança para defesa explícita, intencional, da produção e do mercado nacional; até porque, fora defendida pelos empresários reunidos no Congresso Agrícola e Industrial de 1903.

Abre-se aqui breve parêntese sobre os impostos interestaduais; neste *Congresso* de 1903 há inúmeras referências negativas à sua existência e prática, inclusive colocando-o como ameaça a continuidade da Federação Brasileira. Esta não era apenas uma posição dos mineiros presentes, mas um sentimento nacional expresso pelas associações comerciais (no congresso se faz relato das manifestações contra estes impostos). O sentido de nação (enquanto Federação) seria complementado com o de mercado nacional, este sim protegido, mas da concorrência estrangeira, enquanto internamente haveria maior liberdade.

Mas protecionismo apenas não bastava; necessário seriam outras medidas, no mesmo Manifesto (1906) afirma:

(...) Se a solução economica do augmento da riqueza de um povo dependesse, exclusivamente, de um golpe de tarifas alfandegarias, certo não haveria povo pobre no mundo. (...) Com a decretação do protecoionismo alfandegario, deve coincidir, necessariamente, a de outras medidas, visando promover e estimular directamente, a producção no interior do paiz<sup>35</sup>.

Apesar de sua postura protecionista, isto não significa restrição ao capital estrangeiro, ao contrário, este poderia ser utilizado para reforçar a produção no Brasil, seja promovendo substituição de importações ou promovendo exportações<sup>36</sup>. Trabalha inclusive com a perspectiva de atrair capitais estrangeiros para mineração

Algumas vezes critica o comércio nas mãos dos estrangeiros, mas faz isto quando a atividade comercial dificulta ou inibe o processo produtivo, sua acumulação e desenvolvimento: “É assim [despertando o interesse da iniciativa particular] que tem procurado eliminar muitos

---

<sup>33</sup> *O Novo Governo de Minas*, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O Paiz*, n. 8.019, caixa 32, caderno n.1, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro, APM.

<sup>34</sup> *Manifesto Programa*, candidato presidência de Minas Gerais. Publicado no *Minas Geraes*, ano XV, n. 37, p.3, 12-13/02/1906.

<sup>35</sup> *Manifesto Programa*, candidato presidência de Minas Gerais, 1906, p.1.

<sup>36</sup> Aqui não se esta usando a expressão “substituição de importações” nos moldes do PSI, programa de substituição de importações, que seria historicamente e conceitualmente definido.

intermediarios inuteis, verdadeiramente parasitarios, que, ao lado dos uteis e indispensaveis, surgem graças á ignorancia geral dos productores e consumidores”<sup>37</sup>.

Nesta postura, critica não só os estrangeiros, mas também os nacionais. Daí uma grande ênfase na organização de cooperativas de produtores para beneficiamento da produção. Apesar desta visão reconhece os perigos da ação do capital estrangeiro, mas principalmente para aqueles povos que não conseguirem efetivarem suas potencialidades econômicas.

### **A prioridade para agricultura (e agropecuária)**

O tema agricultura e agropecuária é presente em quase todos os pronunciamentos de João Pinheiro; não só pela reincidência dos argumentos, mas pela sua ênfase, deixando claro que esta é sua prioridade.

Reafirmando a primazia do econômico durante entrevista ao jornal *O País*, em 1906, João Pinheiro não deixa dúvidas sobre o que priorizará em seu governo:

- O meu pensamento capital, V. sabe-o, é a reorganização economica. Dizendo isto, devo accrescentar que o **facto principal para mim não é a questão industrial, mas a questão agrícola**, e dentro desta o desenvolvimento da pequena agricultura. A questão industrial é importante, não resta duvida, e eu sou partidario decidido da protecção do Estado á indústria, emquanto esta não se acha bastante forte para lutar com vantagens com as industrias estrangeiras (...), mas, tratando-se de reorganizar o trabalho como base da fortuna publica, **o que se impõe** naturalmente, sobre tudo, é a reorganização daquelle que representa a parte maior dessa fortuna. Essa é, incontestavelmente, em nosso paíz, a agricultura; a industria manufactureira beneficia um certo numero de habitantes, mas a agricultura é que beneficia a grande massa (...) (grifos nossos)<sup>38</sup>.

A agropecuária se impunha naturalmente naquela época, principal fator de geração de divisas, de ocupação do trabalho, de receitas públicas, enfim, da riqueza nacional. Além do mais, era atividade tradicional e de fácil modernização; portando uma forma eficiente e rápida (diria ele prática) para se obter melhores resultados econômicos.

A crise do café, causada pela superprodução, abria uma leque de oportunidades de substituição de importações. Em sua *fase expansiva*, este produto atraía os melhores recursos, terra, capital e trabalho; abrindo assim, brechas para importação de vários produtos primários ou de baixo processamento (como os agropecuários processados), os quais o país estava apto a produzir. Não o fazia devido à drenagem de recursos feita pelo café, pois este último apresentava maior rentabilidade.

---

<sup>37</sup> *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. 15/07/1908. APM – Mensagens dos Presidentes, microfilme (rolo 2). *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro*. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1908, p. 6.

<sup>38</sup> *O Novo Governo de Minas*, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O País*, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

Na abertura do *Congresso, Agrícola, Industrial e Comercial* de 1903, destaca que vários dos itens da pauta de importações brasileira eram deste tipo, muitos deles anteriormente ou ainda em produção em Minas e no Brasil; com a adequada política, poderiam deslanchar sua produção. Essa era a realidade econômica de seu tempo (crise do café).

Embora João Pinheiro coloque a agricultura (e agropecuária) como prioridade de ação, ressalva faz as indústrias manufatureiras que beneficiam às matérias-primas e produtos daquela, colocando-as em igualdade de importância<sup>39</sup>. Isto explica as inúmeras iniciativas de implantação de cooperativas durante o seu governo.

Também é importante salientar que esta priorização não equivale a dizer que a agricultura seja efetivamente prioridade absoluta sobre a indústria. *A realidade objetiva e base produtiva* do país de então “*impunham*” essa opção.

### **A indústria e a indústria e o urbano como um ideal**

Embora João Pinheiro priorize explicitamente a agropecuária (e as indústrias a ela relacionadas) em seu projeto de desenvolvimento, chama à atenção a seguinte passagem:

A exemplo da capital do Estado, as outras municipalidades deverão **favorecer, por todos os meios, a criação destes centros de trabalho industrial**, de que resultam uma **civilização mais adiantada e vida mais intensa** como a que as cidades oferecem, com **superioridade, relativamente ao campo**. Os fundamentos, entretanto, do trabalho generalizado e remunerador para todos, dada a **nossa situação especial**, estão preferencialmente na agricultura: a população das cidades em comparação com a dos campos é muito diminuta (grifos nossos)<sup>40</sup>.

Essa situação especial era o atraso em que o país vivia; inclusive devido à política descuidada que, até então, (embora esta começasse a mudar) se praticará.

João Pinheiro antevia o processo de industrialização dentro de uma lógica, partindo do mais simples para o composto, em etapas gradativas, em suas palavras, numa *marcha natural das coisas*. Embora a *natureza das coisas* devesse ser estimulada e protegida. Na entrevista ao jornal *O Paiz*, em 1906, antes de sua posse, sintetiza seus argumentos:

Nesta questão de indústrias manufatureiras em um país industrialmente novo o que se dá, e é um facto curioso, é a **marcha natural do simples para o composto, é uma adaptação gradativa dos diferentes graus de aperfeiçoamento, dos processos mais complicados**, que não poderiam ser praticados em conjunto de momento, pelas condições mesmas em que a indústria se inicia.<sup>41</sup> (...) [citando exemplo da produção de caixas de fósforos] Firmada a face commercial da sua industria, estabelecido o producto, adaptado o operario, o industrial lembra-se então de que póde introduzir um novo melhoramento, aperfeiçoar a sua manufactura, **liberta-se de uma contingencia a**

<sup>39</sup> *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1908.

<sup>40</sup> *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1907, p.11.

<sup>41</sup> Ver o exemplo, nesta mesma fonte, da produção das caixas de fósforos. *O Paiz; O Novo Governo de Minas I*, 17/09/1906, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

**mais da importação; (...) e assim sucessivamente até a completa nacionalização da indústria.** É o que está acontecendo. O Estado, por sua vez, á medida que a indústria se vai desenvolvendo, que se acha em condições de se poder libertar de um elemento estranho, intervem **proibindo pela tarifa que o elemento já dispensável permaneça**, persista na indústria firmada, forçando pela protecção aduaneira o industrial a aumentar a somma do trabalho do operario, a **accentuar a independencia industrial do paiz** <sup>42</sup>.

Anteriormente e na abertura no *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial* já se perguntava: “Não seria mais conveniente a importação das manufaturas, ao invés dos objetos manufaturados?”. A resposta é clara, incentivar às manufaturas pelo proteccionismo e por outros meios. Mas por onde começar?

A idéia que predomina é a da protecção à indústria nascente, incipiente, procurando incentivar e estimular aquelas que começassem a florescer por iniciativas particulares: “(...) amparo às manufaturas incipientes na lucta desigual com productos estrangeiros, fructos amadurecidos de uma actividade secularmente systematisada” <sup>43</sup>.

Falando em 1906, em seu *Manifesto Programa* de 1906, sobre a indústria mineradora, mas num conceito aqui generalizado, apresenta a lógica do que priorizar e o que incentivar:

São estes os trabalhos e industrias já constituídos em nosso sólo que o governo deve olhar e proteger de preferencia. (...) estes ramos da actividade fecunda, brotados como que espontaneamente, e devendo de preferencia ser auxiliados. Para iniciativa particular, em todos os ramos de actividade humana, offerece a nossa patria um campo vasto e sem limites, (...) Em todo caso é sempre mais prudente olhar para o que já existe <sup>44</sup>.

Seu posicionamento pró-industrialização era inequívoco. Em entrevista ao jornal *O País* no período de sua posse teve a oportunidade de se manifestar sobre importante ponto acerca do processo de industrialização brasileiro, uma polêmica sobre indústrias naturais e artificiais<sup>45</sup>.

Embora preocupado com a questão da indústria e com a o desenvolvimento da agropecuária, sua idéia sobre a indústria de bens de capital era relativamente limitada, pouco destacando as implicações sobre os demais ramos da atividade econômica.

Sua ênfase é no microeconômico, na unidade produtiva enquanto geradora de emprego e renda. Não aborda a questão da interligação setorial, nem do estímulo que uma indústria de bens de capital simples poderia trazer à agricultura (embora defenda a mecanização). A interpretação

---

<sup>42</sup> *O Novo Governo de Minas*, I.

<sup>43</sup> São inúmeras as referências a estas indústrias. Esta é citada no *Manifesto Candidatura ao Senado* (1905). *Minas Geraes*, ano XIV, n. 21, p. 6, 25/01/1905 (Hemeroteca).

<sup>44</sup> *Manifesto Programa* do Candidato à Presidência de Minas, 1906. *Minas Geraes*, ano XV, n. 37, p.2, 12-13/02/1906.

<sup>45</sup> *O Novo Governo de Minas* (jornal *O País*), I, p. 31.

acima é reforçada por suas ações de governo quando estimula e importa máquinas e equipamentos agrícolas.

Não antecipa o papel estratégico da indústria de bens de capital, nem na geopolítica, apesar de citar algumas vezes Japão e Alemanha como paradigmas. Nem enquanto estimulador de outros setores, como, por exemplo, no caso das ferrovias, quando *sugere* que as mesmas devem se antecipar e estimular a criação de demanda.

Assim, seu programa de *substituição de importação*<sup>46</sup> tem um claro viés de priorizar aqueles setores incipientes, nascidos da iniciativa particular, a qual deveria ser estimulada e incentivada.

### **O Incentivo a Produção e ao Trabalho**

Na realidade, seja na agricultura, agropecuária ou indústria, a preocupação de João Pinheiro é com aumento da produção, e produtividade. Mesmo a educação está a isto associado. Para alcançar o objetivo do crescimento econômico (progresso), lançaria mão de todos os instrumentos já descritos, protecionismo, incentivos e promoções de feiras e exposições, com intuito de divulgar os produtos regionais.

O processo do que hoje é chamado de desenvolvimento era considerado cumulativo. O ponto central era o trabalho; *o saber fazer*, que poderia ser replicado para diversas culturas e processos. A aprendizagem era vista em múltiplas abordagens, pois poderia se *aprender estudando* (meio tradicional), mas também *fazendo e interagindo*, daí o porquê a grande ênfase em feiras e exposições; para demonstração e disseminação de novos produtos, métodos e maquinários. O progresso seria, então, fruto da disputa saudável (comparação da competição econômica com a política), uma vitória contra a natureza (e não contra outros homens), vitória esta que poderia ser compartilhada ou reproduzida por todos.

Para desenvolver o trabalho todos os recursos eram utilizados, além dos citados, acrescenta-se a importação de máquinas, para aumentar a produtividade da agropecuária e de obras públicas (estradas de rodagem). Até mesmo as penitenciárias tinham a função de educar para o trabalho, e recebiam do Estado encomendas de carteiras escolares, calçados, fardamentos, trabalhos tipográficos; isto começou no início de seu segundo governo.

Freqüente também era sua intenção de atrair mão-de-obra estrangeira para Minas, chegou mesmo a propor doação (gratuita, mesmo, sem qualquer ônus) de terras devolutas para

---

<sup>46</sup> Aqui o termo é usado num sentido largo; não pode ser confundido com o Programa de Substituição de Importações (PSI) desenvolvido a partir dos anos 1930 ou 50.

implantação de colônias agrícolas<sup>47</sup>. Acreditava nestas colônias como fator essencial de desenvolvimento. A elas teriam acesso não só os estrangeiros, mas também brasileiros; elas também teriam a função de promover um reordenamento fundiário, com a divisão das propriedades; acreditava, inclusive, na viabilidade de instalação de colônias particulares<sup>48</sup>.

A modernização dos processos produtivos se impunha para ele, pois percebia que os problemas da agricultura (e outros setores em menor escala) não estavam apenas na questão dos mercados externos, mas também na inadequada transição para o trabalho livre. Este assunto é tratado na *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro* (1908), quando João Pinheiro conclui:

Tem sido preocupação dominante sobre as outras a das questões economicas, que o momento social que estamos vivendo, nos aponta terem sido descuradas, pois a riqueza das gerações anteriores, filha do trabalho escravo, abalada na transição para o regimen livre, vae diminuindo, accusando a depressão natural, quem em semelhante crise era justo esperar-se, com a impossibilidade ser reconstruida pelos processos do passado<sup>49</sup>.

João Pinheiro via Minas Gerais como tendo elevado potencial não aproveitado, como no caso dos recursos naturais. O Estado tinha grande população (em relação ao país, mas de baixa densidade), mas esta era aproveitada de maneira inadequada, seja pela não concretização do potencial econômico, seja pela sua baixa produtividade, o que nos remete para a questão da educação, tema da próxima seção.

### **Educação como Fator de Progresso**

A educação é por ele desenvolvida em duas vertentes, primeira como fator de cidadania, como direito, consolidando a democracia e a República. A segunda, mais especificamente, como preparação para o trabalho, fonte de aumento de produtividade.

Primeiramente destaca-se uma ampla reforma por ele implantada na educação em Minas Gerais, principalmente com a constituição e consolidação dos *grupos escolares* (ensino primário), procurando acabar com as salas multiseriadas. Tal reforma propiciou dobrar o número de alunos matriculados em seu governo; mas tal não era motivo para festejar, pois, em suas

---

<sup>47</sup> Lei 455 de 11 de setembro de 1907. Auctoriza o Governo a conceder gratuitamente aos estrangeiros que constituírem família no Estado, lotes de terras devolutas e contem disposições sobre legitimação de posses, vendas directa de terras devolutas e dá outras providencias. APM – *Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1907*. Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, p. 11 e 12.

<sup>48</sup> *O Novo Governo de Minas*, II. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O Paiz* (19/09/1906), n. 8.021, caixa 32, caderno n.2, p. 39/ n. 55, ano 1906, 17 de setembro.

<sup>49</sup> Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro, 1908. p. 53. APM – Mensagens dos Presidentes 15/06/1908, microfilme (rolo 2). Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1908, p. 53.



palavras: “Cumpre, entretanto, assinalar que, das 800 mil crianças do Estado, em idade escola, a 700.000 não se dá ainda o devido ensino”<sup>50</sup>.

Assim, pela autocrítica acima, pelos seus discursos e campanhas que fazia em prol da educação, sua postura e meta parecia ser a universalização do ensino primário. Aliado ao tema econômico, junto aos congressos das municipalidades, a educação era um dos pontos centrais, conclamando os municípios a esta causa, reclamava que eram poucos os recursos nela investidos. Com a Instrução Pública os municípios só despendiam 6,90% da receita, com o funcionalismo, 21,24%, e com a dívida, 13,67<sup>51</sup>.

A educação deveria ser base para o trabalho, desde as séries iniciais, conjugada com o primário, o ensino agrícola. A partir daí, em todos os níveis, secundário e superior, a parceria entre educação para o trabalho e instrução formal (e também de maneira independente desta, ou em paralelo, com práticas extensionistas) deveria prosseguir. Por exemplo, diz ele:

Ensino Secundário – Ao lado da instrução primaria remodelada e de modo a corresponder-lhe, cumpre reformar a instrução secundaria, de sorte que, na lucta pela vida, satisfaça ás novas necessidades sóciaes, e, na agricultura, na industria, no commercio, abra indefinido horizonte ao trabalho intelligente, esclarecido pelos princípios da sciencia e pelos preceitos da arte<sup>52</sup>.

Esta educação para o trabalho estava ligada ao problema anteriormente abordado da consolidação do trabalho livre. Os novos ensinamentos, enfim a educação, serviriam para “retirar-lhes dos olhos os antigos instrumentos de trabalho aviltados pela escravidão (...) razão da pobreza dos homens livres de agora”. Lá aprenderiam o uso de novas técnicas e novos maquinismos<sup>53</sup>. Também para os adultos haveria possibilidades de aprendizagem, nas Fazendas Modelos (muito difundidas em seu governo), que serviriam ao mesmo tempo de escolas e campos de demonstração e experimentação.

Os recursos públicos deveriam ser concentrados nos níveis iniciais do processo educacional e, posteriormente aos demais. Propõe que os melhores de cada nível tenham acesso e estímulo para prosseguir, inclusive recursos públicos (bolsas), até o superior, no Brasil e no Exterior, sempre priorizando a formação técnica e para o trabalho. Além deste ponto, chama a atenção o processo de seleção, onde os mais capazes deviam prosseguir seus estudos; a ascensão se daria tendo como base a meritocracia, esse era um valor caro para João Pinheiro, que lhe acompanha desde os tempos da juventude.

---

<sup>50</sup> *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. (15/06/1908), p. 40. A mesma preocupação já havia dito na *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*.

<sup>51</sup> *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1907, p. 38.

<sup>52</sup> *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. (15/06/1908), p. 40.

<sup>53</sup> *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. (15/06/1908), p. 40.

## O Papel do Estado e da Iniciativa Privada

Neste quesito, há uma mistura de ideologia (*capitalista*) e pragmatismo na posição de João Pinheiro. A visão capitalista (de um *capitalismo em construção*) se expressa na busca do incentivo e primazia das iniciativas particulares, o despertar de consciência e de ação da classe produtora, da qual João Pinheiro se fazia porta voz. Uma segunda visão se sustenta nas necessidades do Estado, que sem desenvolvimento econômico não conseguiria fazer face às necessidades que lhe apresentava.

A idéia das funções governamentais frente à iniciativa privada pode ser assim enunciada: “Ha nellas, é certo, a acção do Governo, mas acção **em busca das iniciativas particulares**, animando-as, fazendo-as convergir, premiando-as” (grifos nossos)<sup>54</sup>.

A mesma concepção, despertar o interesse da iniciativa particular, foi reiterada no mesmo ano de 1908, na *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, onde explicita sua orientação geral de Governo:

Em todas as reformas iniciadas, tem sido pensamento dominante – a **intervenção minima e efficaz por parte do governo e a solicitação maxima e energica da iniciativa particular**; o esclarecimento da acção concreta pela própria prática dos actos ou medidas aconselhadas, conjugando-se o incitamento, que desperta a atenção, e o exemplo que arrasta as determinações. **Enquanto as iniciativas particulares não convergirem para a solução completa do problema, enquanto o não tomarem generalizadamente**, não se realizará o beneficio social pratico, que é o que se espera e que deve ser conseguido (grifos nossos)<sup>55</sup>.

Era favorável à participação dos produtores e empresários na política, esse era seu chamamento. Mas as intervenções públicas deveriam ser na linha na emancipação do produtor, emancipação dos comerciantes (em relação aos atravessadores nacionais e estrangeiros), dos métodos tradicionais e arcaicos. O fim da tutela se daria pela organização dos produtores, nisto o Estado deveria atuar e estimular, pois é “um negócio que é deles”<sup>56</sup>.

Soluções fáceis não existiam, descartava aumentos de impostos, pois acreditava que eles já eram altos e seu aumento prejudicaria a economia e, por conseguinte, o próprio Tesouro. Reduções de despesas e investimentos (apesar de suas iniciativas de racionalização dos gastos e gestão pública) seriam muito difíceis. As despesas com pessoal não seriam comprimíveis dada à baixa remuneração do servidor e da necessidade de aumento de seu quadro, principalmente para segurança e educação. Os investimentos em obras públicas, especialmente viárias, eram

<sup>54</sup> Discurso pronunciado no jantar oferecido aos criadores que concorreram à *Exposição de Animais*, em Belo Horizonte, a 28/2/1908. *Minas Geraes*, n. 53. Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 1908. Caixa 31, caderno n.3, doc n. 67, página 58.

<sup>55</sup> *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1908, p. 5.

<sup>56</sup> Maior produção de cereais. Editorial do *Minas Geraes* (12/01/1908). Atribuído a João Pinheiro. BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro*: cronologias. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p. 331 e 333.

necessários e deveriam aumentar, assim como crescentes funções estatais, como a justiça. Como resolver esta questão? Embora o exercício de 1908 projetasse um déficit, isto não era uma estratégia deliberada, ele seria coberto com empréstimos, honrados pelo Estado, e o equilíbrio aparentemente era um valor importante a ser perseguido. Assim as finanças públicas passam a se relacionar cada vez mais com o estado geral da economia. Aquelas só poderiam melhorar de maneira sustentável com base no aumento do fato gerador, ou seja, crescimento e desenvolvimento econômico.

Para ele, este era um problema fundamental: “É preciso não perder de vista que o **problema capital para o Estado** de Minas, que a questão premente, que lhe pode resolver a crise de penúria particular e de deficiência das rendas publicas **é o problema da produção**” (grifos nossos) <sup>57</sup>.

Assim fecha-se a equação, une-se sua visão de empresário, com a preocupação da produção (e produtividade), e a de estadista, com o adequado funcionamento do Estado (finanças e eficiência). Mas a iniciativa caberia às *classes produtoras* (e estas estimuladas pelo governo), pois somente o despertar da iniciativa privada poderia levar ao progresso.

As ações de João Pinheiro são neste sentido, consolidação da ordem burguesa, capitalista, da busca pelo desenvolvimento econômico. Para que este acontecesse, caberia ao Estado contribuir com políticas públicas de justiça, segurança, infra-estrutura e protecionismo, ao mesmo tempo em que estimulasse às iniciativas privadas. A estas (classes produtoras), caberia assumir o seu papel de liderança, inclusive, participando da política partidária (o jogo político formal, embora ele o criticasse), contribuindo para seu aprimoramento, com sua racionalidade de eficiência e busca por resultados. João Pinheiro colocava-se como representante destas idéias e desta classe, ou seja, da implantação da nova ordem, republicana e capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes das conclusões propriamente ditas, fazem-se algumas considerações finais sobre o aspecto político.

Em uma entrevista ao jornal *Imprensa*, João Pinheiro garante que não é candidato<sup>58</sup> a Presidência da República, apesar de biógrafos e trabalhos sobre ele insistirem que seria o próximo presidente:

não fui nunca, não sou e não serei absolutamente candidato a coisa alguma. (...) Tenho duas aspirações: guardar illesos os meus princípios e servir à minha terra. Desejo voltar

---

<sup>57</sup> *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1908, p. 7.

<sup>58</sup> Claro que é possível se tratar de um artifício político eleitoral; sair dos holofotes para poder trabalhar pela candidatura. Mas o histórico de afastamento da política e a condição especial de sua eleição em Minas parecem reforçar a idéia da não candidatura.

para Caeté, (...) lá, na minha cerâmica, é que está a minha presidência da República e o domínio dos meus (...)<sup>59</sup>.

Aqui também, o que é reiterado em outras partes deste trabalho, há consciência da excepcionalidade<sup>60</sup> de sua eleição para Presidente de Minas, pois foi ponto de equilíbrio entre diversas forças em disputa pelo poder em Minas. Sua condição de *Tertius* lhe assegurava maior autonomia e permitia seguir seu plano de governo (de certa forma concebido e/ou aprimorado durante o Congresso Agrícola de 1903), e sua auto-identificação como alguém fora da política tradicional e representante direto das classes produtoras.

Por outro lado, nesta mesma entrevista o jornalista o apresenta como alguém que resgata as causas republicanas históricas, do tempo dos propagandistas:

A segura orientação dessas idéias, algumas das quaes chocaram pela audaciosa inovação nos inertes programmas de administração a que a política nos habituara, e que impressionaram tanto mais a opinião quanto exprimiam um conjuncto das promessas, quasi esquecidas, do regime republicano (...).<sup>61</sup>

Caminhando para conclusão, retoma-se ao título e indagação principal deste artigo, seria João Pinheiro um *desenvolvimentista* nos primórdios da República? Pelo acima exposto, sim, poderia, mas não um *desenvolvimentista avant letree*, como chegou a ser nominado (precoce nos termos do conceito firmado na segunda metade do século XX). Mas um desenvolvimentista de seu tempo, da ordem e do progresso.

Alguns até sugerem a inversão, mais do progresso do que da ordem. Para ele, as duas andavam juntas, inseparáveis. Defendia a nova ordem, não só republicana, mas uma nova ordem econômica, a consolidação da transição do trabalho escravo para o livre, a afirmação da burguesia e do capitalismo, mas sem sobressaltos, sem jacobinismos ou desrespeito a ordem democrática. Essa era uma questão cara a ele, e foi um dos focos de seu “afastamento” da política (época de Floriano Peixoto). No discurso da transmissão (recepção do cargo de Presidente de Minas) destacava qual seria sua prática política (que seria criticada, pois contrária a usual manipulação dos resultados das urnas e das votações em favor dos correligionários). Anunciando que começaria a execução de seu plano de governo, apontou: “que devo declarar que começarei pela prática da mais essencial de todas as liberdades que é a liberdade das urnas.” Continuava ele “Ter medo da liberdade política, num regime republicano, constitui uma afirmação monstruosa e absurda”<sup>62</sup>.

---

<sup>59</sup> Entrevista jornal *A Imprensa*, (*Minas Geraes*, de 23/01/1908, p.4).

<sup>60</sup> *Ao Povo Mineiro, Manifesto-programa. Minas Geraes*, ano XV, n. 37, 12-13/02/1906.

<sup>61</sup> *Jornal A Imprensa (Minas Geraes*, de 23/01/1908, p.4).

<sup>62</sup> *Minas e a Federação*. Discurso almoço no Palácio da Liberdade em 8/9/1906. *O Puritano* (16/09/1906), n. 28, Anno III, p. 2. APM – caixa 32, caderno n. 1, p. 58/ n. 79, ano 1906.